

**AFIRMAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO EM REGIÃO DE  
AGRONEGÓCIO: UMA ANÁLISE SOBRE O NORTE DO MATO GROSSO**

**STATEMENTS AND CONTRADICTIONS OF THE DEVELOPMENT IN THE AGRIBUSINESS  
REGION: AN ANALYSES OF THE NORTHERN REGION OF MATO GROSSO**

**AFIRMACIONES Y CONTRADICCIONES DEL DESARROLLO EN REGIÓN DEL  
AGRONEGOCIO: UN ANÁLISIS EN EL NORTE DE MATO GROSSO**

Almir Arantes

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT

[almir.ski@hotmail.com](mailto:almir.ski@hotmail.com)

Rogério Leandro Lima da Silveira

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

[rlls@hotmail.com](mailto:rlls@hotmail.com)

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo debater as afirmações e contradições do desenvolvimento que se processa em regiões que pautam a economia no agronegócio. Para tanto, tomou-se como base de pesquisa os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, localizados na região norte do estado de Mato Grosso, cuja economia pautada no chamado agronegócio, também conhecido como Complexo Agroindustrial, apresenta índices sócio-econômicos que os apontam como dinâmicos economicamente e desenvolvidos do ponto de vista social. Neste sentido se procura demonstrar que se por um lado há um processo de desenvolvimento, o mesmo apresenta contradições que só podem ser resolvidas a partir do processo histórico engendrado nas relações sociais. No entanto, estas mesmas relações se por um lado dinamizam e aceleram o desenvolvimento do agronegócio, por outro explicitam seus limites.

Palavras-chave: agronegócio; desenvolvimento; processo histórico.

**Abstract:** This article aims to discuss the statements and contradictions of the development that happens in regions that regulate the economy in agribusiness. In order to do so, we have based our research on the following cities: Lucas do Rio Verde, Mutum and Sorriso, all located in the Northern region of Mato Grosso state, whose economy is based on the so called agribusiness, also known as the agri-industrial complex. These cities present social economical indexes that indicate them as economically dynamic and well developed from the social viewpoint. We try to show that if on the one hand there is a development process, on the other hand there are contradictions that can only be solved from the historical process engendered in the social relationships. Nevertheless, these relationships not only dynamize and accelerate the agribusiness development, but also define its boundaries.

Key words: agribusiness; development; historical process.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo debatir las afirmaciones y contradicciones del desarrollo que si demanda en regiones que pautan la economía en el agronegocio. Para tanto, se tomó como base de investigación los municipios de Lucas de Rio Verde, Nova Mutum y Sorriso, ubicados en la región norte del estado de Mato Grosso, cuya economía pautada em el llamado agronegocio, también conocido como Complejo Agroindustrial, presenta índice socioeconómico que los indican como dinâmicos económicamente y desarrollado del punto de vista social. En este sentido se procura demostrar que si por un lado hay un proceso de desarrollo, el mismo presenta contradicciones que solo pueden ser resolvidas a partir del proceso histórico engendrado en las relaciones sociales. No obstante, estas mismas relaciones si por un lado dinamizan y aceleran el desarrollo del agronegocio, por otro explicitan sus limites.

**Palabras- clave:** agronegocio; desarrollo; proceso histórico.

## Introdução

Explicar e compreender como os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, localizados na região norte do estado de Mato Grosso em plena Amazônia Legal, cujas origens datam de meados da década de 1970 ao final dos anos de 1980, constroem seus processos de desenvolvimento pautados no agronegócio, requer que se tenha claro que este objetivo é possível desde que se tenha como indicativo que tal fenômeno se dá a partir das relações sociais inseridas no processo histórico construído ao longo da história do Brasil e como esta história se articula no contexto do capitalismo mundial.

Diante deste referencial pontua-se que o agronegócio dinamizado nestes municípios, cujos índices significativos obtidos na produção de soja se traduzem em elevados índices socioeconômicos, resulta de uma dinâmica mais complexa conhecida como modernização da agricultura brasileira, cujo momento mais denso se dá no bojo do projeto desenvolvimentista nacional engendrado pelos governos militares no período de 1964 a 1985.

Neste processo, a Amazônia Legal, e por consequência o Mato Grosso, é galgada via incentivos fiscais e financeiros a polo de atração do capital e também de migrantes no intuito de incorporar esta região à condição de produtora de alimentos, palco de exploração mineral assim como local de acolhimento de um grande contingente de agricultores que estava sendo descartado do processo de modernização do campo cujos resultados mais dramáticos se davam na região sul do país.

Assim, a despeito da crise social e econômica que assola o país no período, o Mato Grosso impulsionado por políticas públicas que se traduziam tanto em incentivos fiscais e financeiros e grandes obras, quanto em um amplo projeto de colonização pública e privada, modernizara-se sob o ponto de vista da agricultura. Contudo, este projeto, que se explicita na integração de demais setores econômicos e de capitais juntamente com a inserção de produtos e processos fundamentados em avanços técnicos-científicos-informacionais, com o esgotamento do projeto desenvolvimentista militar realinha-se à política neoliberal, explicitada no país após os anos de 1990, compondo uma agenda econômica onde a exportação de *commodities*, principalmente agrícolas, consolida-se como o principal instrumento de equilíbrio das contas nacionais.

Neste contexto, os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, tornam-se referências nacionais do agronegócio ligado à produção e exportação da soja. E esta condição propicia ainda que estes municípios se tornem atrativos para o capital dinamizando-os economicamente. No entanto, aventa-se que este dinamismo tem se revelado cada vez mais seletivo do ponto de vista social e espacial propiciando uma concentração de riqueza paripasso a uma exclusão no interior do processo.

Isto implica em dizer que se reconhece que o agronegócio comporta um processo de desenvolvimento, mas o mesmo precisa ser explicado e compreendido a fim de que suas afirmações e contradições se revelem, explicitando assim quais as potencialidades e limites que tal desenvolvimento traz em seu interior.

## Considerações teóricas e metodológicas sobre o processo de desenvolvimento no agronegócio

O agronegócio, também identificado como Complexo Agroindustrial ou Sistema Agroindustrial, reconhecido e popularizado no Brasil a partir da década de 1990, enquanto definição, é herdeiro de estudos realizados pelos estudiosos norte-americanos Jonh Davis e Ray Goldberg que o definem na obra “A concept of Agribusiness” em 1957. Porém, Goldberg atualiza e revisa teoricamente os estudos sobre o agronegócio e em 1968 passa a utilizar a noção de “Commodity System Approach – CSA” para defini-lo. Em solo brasileiro, incorporando o sinônimo de agricultura moderna e intensiva e, guardando correspondência com a conceituação trabalhada nos EUA, o agronegócio populariza-se a partir da seguinte caracterização:

[...] pelo elo inicial ‘antes da porteira’, englobando suas áreas de Ciências e Tecnologia (C&T), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em organizações públicas e privadas, conectado sequencialmente pelo estabelecimento agrícola, com toda a sua diversidade no ‘dentro da porteira’, com a industrialização, transformação, o processamento, os equipamentos atacadistas e varejistas, até

chegar ao elo final que se espalha por todo o mundo: o consumidor. [não podendo ainda ignorar] os elos de suporte representados pelos agentes do setor terciário e serviços, transportes, etc.). (NEVES, 2006, p. 107).

Entretanto, considera-se aqui que esta caracterização se revela insuficiente diante do objetivo aqui proposto; que é o de explicar e compreender como se dá o desenvolvimento que o agronegócio proporciona e quais são as afirmações e contradições geradas no interior deste processo, tomando-se como referência os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso.

Para se atingir este objetivo entende-se que é necessário deixar claro, num primeiro momento, que são as relações sociais estabelecidas no processo histórico como um todo que possibilitam que o agronegócio se dinamize em sua particularidade. Ou seja, é no interior de um sistema que comporta o modo de produção capitalista, sistema este complexo, tenso e contraditório, regulado pela força do mercado, que historicamente o agronegócio se torna possível. Contudo, verifica-se também que não obstante a força teórica de tal referência, é necessário uma articulação, um uso composto com o conceito de território usado, que indica que “É o uso do território, e não o território em si mesmo que faz dele objeto de análise social, [...], o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço habitado.” (SANTOS, 2005, p. 235). O território é dialético, articulado numa unidade na diversidade, explicitando ainda uma hierarquia forjada pela divisão territorial do trabalho induzindo assim a atitudes de pessoas, formas e instituições. (SANTOS, 2005).

A partir desta demarcação é possível estabelecer que o conceito de agronegócio por si só, embora objetive explicar uma mudança nas inter-relações entre o setor agrícola e o restante da economia, não dá conta de explicar e compreender as realidades de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso. É necessário contextualizá-lo no processo histórico brasileiro, haja vista que o agronegócio, enquanto construção imaginária, traz como forte referência uma dinâmica social formatada no contexto da modernização agrícola e agrária norte-americano. No Brasil, a mudança na agricultura se revela de forma mais densa a partir do processo conhecido como modernização agropecuária que tem suas origens ainda no esgotamento do modelo conhecido como Complexo Rural, caracterizado por ser uma economia natural com uma insipiente divisão do trabalho que para se produzir um determinado produto tinha que também dar conta de produzir os bens intermediários e os meios de produção necessários, além da própria força de trabalho ocupada nessas atividades. (SILVA, 1996).

Nesse sentido, a partir da proibição do tráfico negreiro, em 1850, e o surgimento do complexo cafeeiro embasado no sistema de colonato, o Complexo Rural começa a dar sinais de esgotamento. Este processo se acelera após a crise de 1929 e se completa nos anos de 1950, quando o Brasil passa a estabelecer uma política de industrialização de bens de capital e insumos básicos. Assim, a economia desloca seu centro dinâmico para a indústria e a vida urbana, impondo suas demandas para o setor agrícola e passando a condicionar suas transformações. (SILVA, 1996).

Este processo, que não é homogêneo naquilo que se refere a um padrão nacional, se acentua após a década de 1960, mais especificamente com o ciclo de governos militares (1964-1985), passando por três momentos distintos:

1) A constituição dos Complexos Agroindustriais: diferentemente de Complexo Agroindustrial (no singular), os CAIs (no plural), retratam melhor teoricamente a heterogeneidade e complexidade da realidade brasileira, constituindo-se “[...] a partir da integração técnica intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústria processadoras.” (SILVA, 1996, p. 31). Há nesta constituição um elevado grau naquilo que diz respeito às relações interindustriais dos ramos que a compõe, além de uma relação de dominação técnica, econômica e financeira do segmento agrícola do complexo;

2) A industrialização da agricultura: é o momento que indica que “[...] a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança da base técnica agrícola” (SILVA, 1996, p. 32). Neste contexto, às vezes há um predomínio industrial no setor de insumos ou então, às vezes, tal dominação se dá no setor de processamento;

3) Integração de capitais: sob o comando do capital financeiro ocorre uma integração “[...] com reflexos não apenas na base técnica da atividade agrícola, mas principalmente no plano da concentração e da centralização do capital e da terra e no plano das relações com o Estado.” (SILVA, 1996, p. 33).

Com esta delimitação, entende-se que o chamado agronegócio, que se insere no processo histórico brasileiro a partir de um movimento político-econômico-ideológico articulado pela elite econômica e política situada no país<sup>1</sup>, tomou para si uma historicidade sobrepondo-se a um processo mais denso que retrata toda a dinâmica da modernização da agricultura brasileira, criando uma história particular, história esta que ganha força com a consolidação do modelo neoliberal que se instala no país a partir da década de 1990.

Assim, para explicar e compreender o desenvolvimento engendrado pelo agronegócio, e não negá-lo, se acredita que o conceito de história, de fundamental importância para tal objetivo, deve ser operacionalizado a partir da distinção entre devir e desenvolvimento, sendo devir a sucessão temporal dos modos de produção ou “[...] o momento pelo qual os pressupostos de um novo modo de produção são condições sociais que foram postas pelo modo de produção anterior e serão respostas pelo novo modo.” (CHAUI, 2006, p. 143), e o desenvolvimento por sua vez, sendo

[...] o movimento interno de um modo de produção para repor o seu pressuposto, transformando-o em algo posto; refere-se portanto, a uma forma histórica particular, ou melhor é a história particular de um modo de produção, cujo desenvolvimento é dito completo quando o sistema tem a capacidade de repor internamente e por inteiro o seu pressuposto. (CHAUI, 2006, p. 144).

Isto indica que o desenvolvimento é uma reflexão interna realizada pelo modo de produção de forma cíclica, retornando ao seu ponto de partida a fim de repor seus pressupostos.

No entanto, justamente porque se trata de uma reflexão realizada pela forma histórica, o retorno ao ponto de partida o altera, de maneira que o desenvolvimento não é um eterno retorno do mesmo e sim dialético, atividade imanente transformadora que nega a exterioridade do ponto de partida ao interiorizá-lo para poder conservar-se e, ao fazê-lo, põe uma nova contradição no sistema. (CHAUI, 2006, p. 144).

Há que se observar ainda, que tanto o devir quanto o desenvolvimento são categorias pensadas dialeticamente juntas, e separadamente não têm força operacional, pois o devir depende do desenvolvimento, e é no processo de desenvolvimento que se potencializa o devir, sendo que “[...] a forma completa termina quando, ao repor completamente seus pressupostos, põe uma contradição interna nova que ela não pode resolver sem se destruir. [...] o desenvolvimento completo revela a finitude da forma histórica e a expõe à infinitude de devir.” (CHAUI, 2006, p. 144).

Deve-se esclarecer ainda que este processo não está condicionado a um determinado limite temporal, pois depende das relações sociais de produção, contraditórias, travadas pelos sujeitos históricos da sociedade. E não obstante a isto,

A força de um modo de produção não vem apenas de sua capacidade econômica para repor seus pressupostos, mas também de sua força para manter nos membros da formação social o sentimento de naturalidade desses pressupostos até que as novas contradições destruam tal sentimento e exibam a violência do sistema. (CHAUI, 2006, p. 144).

Com tais pressupostos, se entende que o fenômeno do agronegócio, apesar de “turvar” a complexidade do processo histórico brasileiro, faz parte da dinâmica e imaginário da sociedade como um todo. Neste sentido se entende também que não há porque questionar a existência de um desenvolvimento envolvendo este fenômeno. O que se ressalta como princípio norteador deste trabalho é que o agronegócio, ao ser engendrado no interior do modo de produção capitalista, apresenta uma dinâmica contextualizada a esta estrutura, muito embora apresente especificidades que articulam-se dialeticamente com todo o sistema. E é nesta articulação dialética entre o todo e o particular que afirmações e contradições se revelam, deixando claro que o desenvolvimento do agronegócio está inserido no desenvolvimento do capitalismo como um todo.

Nesse sentido, com tais indicativos teóricos e o objetivo explicitado, pesquisou-se os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso a partir de uma perspectiva teórica e metodológica qualitativa contando para isto com fontes bibliográficas, documentos oficiais, matérias jornalísticas, páginas eletrônicas, dados quantitativos oficiais e entrevistas não diretas.

---

<sup>1</sup> O agronegócio ou *agribusiness* é apropriado e popularizado a partir de 1993, no ato da fundação da Associação Brasileira do Agronegócio, ABAG, que tinha entre os sócios os seguintes grupos econômicos: Agrocereis, A Associação Brasileira de Criadores de Zebu, Basf, Bayer, Bunge, Cargill Agrícola, John Deere, Pioneer Sementes, Banco Itaú, etc. (SAUER, 2008).

## Afirmações e negações do desenvolvimento baseado no agronegócio

O surgimento dos municípios de Lucas do Rio Verde, em 1988, Nova Mutum, também em 1988, e Sorriso em 1986, é produto de uma complexa construção histórica que incide em dinâmicas sociais, políticas e econômicas construídas no bojo de um projeto desenvolvimentista modernizante que se explicita autoritariamente a partir de 1964 com os governos militares trazendo entre os seus objetivos uma nova concepção de ocupação e dinâmica econômica e social para a Amazônia Legal baseada na exploração econômica da natureza por parte de capitalistas e na desarticulação de focos de tensão social no campo, particularmente dos estados do Sul do país, através de uma política de colonização agrícola pautada na migração de colonos. Na objetivação de tais propósitos, as políticas públicas de incentivos fiscais, construção de rodovias, transformação em devolutas de extensa área de terras e facilidades de deslocamento de migrantes se tornam essenciais.

No que se refere à colonização do norte do estado de Mato Grosso, no qual fazem parte os municípios pesquisados, um dos elementos facilitadores para tais intentos foi a construção da BR 163. Ao ligar Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, à Santarém, no estado do Pará, esta rodovia, com 1.780 Km, teve um papel de destaque, haja vista que tal qual outras rodovias implantadas no período, “[...] participou do processo de artificialização desigual do território e criou parcela importante das condições necessárias a uma vida de relações mais complexa e abrangente em atendimento a finalidades precisas do Estado e das grandes empresas.” (SANTOS e SILVEIRA, 2010, p. 340).

Localizando-se assim ao longo da BR 163, a partir de uma lógica política, econômica, social e geográfica, os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso são institucionalizados e materializados como referências de todo um processo de modernização e remodelização do campo. Processo esse que em seu bojo traz a seguinte dinâmica:

Da parte das camadas dominantes: desarticular as lutas pela terra ou lutas pelo valor do produto, a fim de manter a ordem social nas regiões de origem. Paralelamente, nas áreas dos programas, instaura-se um sistema de controle social dos colonos, e também das outras camadas sociais presentes, de modo a reproduzir aí a dominação, seja do tipo autoritário ou do tipo clientelista. (SANTOS, 1993, p. 263).

Neste contexto, mediante a institucionalização de um Projeto Especial de Assentamento (PEA) juntamente com o Projeto de Ação Conjunta (PAC), surge a Gleba Lucas do Rio Verde, a partir de 1981. Contudo, estes projetos naufragam em razão de haver uma sobreposição de interesses entre parceiros oriundos do Rio Grande do Sul enquadrados no PEA, cooperados do estado de São Paulo inseridos no PAC e posseiros que reivindicavam as terras do lugar. Diante desta situação e sob a supervisão do Estado, muitos agricultores deixam o lugar e se estabelece uma colonização assumida por particulares em estreita parceria com agentes governamentais que impõem de vez a lógica do mercado de terras vigente no país, mesmo que as mesmas, em sua maioria, por serem destinadas à reforma agrária, não pudessem sob o ponto de vista legal serem vendidas. Redefinindo-se, Lucas do Rio Verde chega a sua emancipação política enquanto município, em 1988, com 5.500 habitantes, não obstante a exclusão de muitos e incorporação de novos colonos, em sua maioria do sul do país.

Nova Mutum, com a chegada de famílias agricultoras oriundas do Rio Grande do Sul, incentivadas e atraídas pelo baixo preço das terras, forma-se localizada numa área cuja exploração da borracha entre as décadas de 1940 e 1950 contribuíra para a formação de grandes fazendas. Após embates entre os moradores e a colonizadora responsável pela venda das terras, o lugar emancipa-se à categoria de município em 1988.

A formação de Sorriso por sua vez se dá a partir de 1977 mediante atração de agricultores por parte de colonizadora, sendo a maioria dos mesmos oriunda dos estados do sul do país. Em 1986 torna-se município, não obstante a inúmeros casos de fraudes em documentação de terras.

Assim, a despeito de especificidades locais, tanto Lucas do Rio Verde, como Nova Mutum e Sorriso, começam a marcar suas histórias no bojo de um processo mais amplo do ponto de vista da história brasileira a partir de um projeto de colonização e exploração da Amazônia Legal quando ocorre uma sobreposição qualitativa da terra de negócios sobre a terra de trabalho. Logo, ao tornar-se um item de mercado, esta terra passa a ser acessível somente àqueles que podem pagar ou que dispõem de mecanismos de usurpação. Mesmo

assim, a sua manutenção enquanto propriedade particular produtiva só é conseguida por intermédio de auxílios financeiros públicos. E quando este auxílio não é conseguido ou torna-se muito oneroso, a venda da propriedade ou o simples abandono da mesma tornam-se soluções correntes.

Nesta marcha histórica, nem todos conseguem o sonho de produzir em suas propriedades, o processo de expropriação no campo é inexorável, agora em lugar distante. Muitos moradores locais simplesmente perdem a terra para credores e tornam-se proletários urbanos ou rurais. Entre estes há ainda aqueles que se tornam posseiros, não raras vezes em terras indígenas ou públicas, levando consigo um rastro de violência. Outros, porém, se tornam sem-terras, passando a viver sob condições miseráveis embaixo de lona ou barraco na beira de estrada. No bojo desse processo há ainda muitos agricultores que diante das leis de mercado, vendem suas terras para comprar área maior em outros lugares. E há ainda os chamados grileiros que mediante violência expulsam os moradores de suas terras se apossando das mesmas.

É a partir de histórias como estas que lugares como Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso e tantos outros vão se formar. Tais lugares, dinamizados economicamente, de forma seletiva, via subsídios públicos, acabam por proporcionar uma dinâmica social que se complexifica a medida que o processo colonizatório se intensifica.

Assim, estes municípios (Figura 1), constituídos a partir de um processo de certa forma experimental, contraditório, tenso e excludente, pautados por um projeto de modernização, o que implica em políticas oficiais de financiamentos que induzem o que e como produzir, muito embora não tenham passado ao largo das crises que o país passara nas décadas de 1980 e 1990, integram-se ao chamado agronegócio no bojo da política neoliberal que se instala no Brasil, no início dos anos de 1990, cuja proposição de desmonte da máquina estatal também estabelece como prioridade um equilíbrio nas contas públicas, o que se traduz num programa voltado para exportação de *commodities*, principalmente do setor agropecuário e mineral e importação de produtos manufaturados.

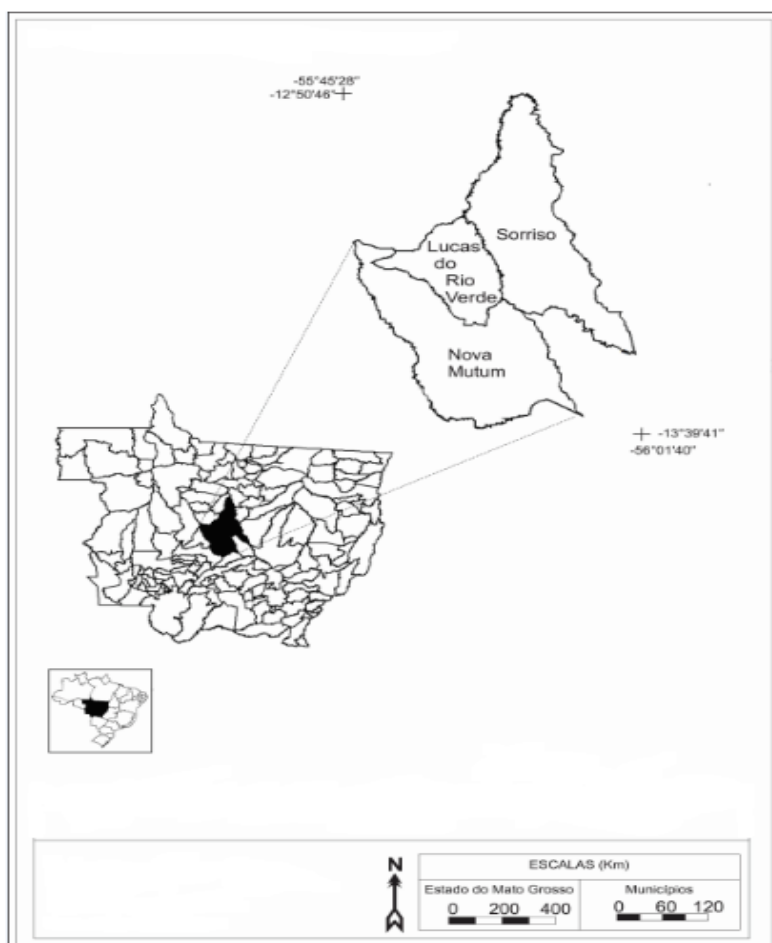


Figura 1: Localização da Área de Estudo

Fonte: Base cartográfica IBGE / elaboração TALASKA (2012).

Na perspectiva neoliberal, regiões tidas como provedoras de alimentos para o mercado interno são inseridas no mercado internacional, passando a integrar o circuito mundializado do capitalismo protagonizando papéis de produtores intensivos de proteína vegetal, sendo que no que se refere aos três municípios estudados, se destaca a produção de soja.

Neste contexto, o chamado desenvolvimento regional é incorporado no rol de elementos estratégicos de dominação hegemônica num mundo globalizado, sendo que sua força, ironicamente, está justamente em não se deixar perder a noção de totalidade, haja vista que neste processo incorporou-se também a perspectiva de competição regional, na qual todo o globo torna-se um grande mercado que compete entre si.

Absorvendo inovações tecnológicas, financiamentos públicos e privados, legislação favorável e arranjo social conveniente, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, num curto espaço de tempo, passam à condição de destaque estadual no que se refere à produção de soja, conforme se verifica na tabela 1.

**Tabela 1:** Produção de soja nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2003-2010

Município	2003			2010		
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)
Mato Grosso	4.413.271	12.965.983	2,938	6.413.500	18.787.783	2,930
Lucas do R. Verde	200.500	679.800	3,390	235.800	756.648	3,208
Nova Mutum	245.045	705.789	2,880	338.000	1.039.200	3,074
Sorriso	523.000	1.600.380	3,060	608.000	1.814.400	2,984

Fonte: IBGE:Produção Agrícola Municipal/IMEA/SEPLAN-MT/2011. Organizado pelo autor.

Destaca-se a partir da tabela 1 que, embora tenha havido certa estabilização naquilo que se refere à produtividade no período apontado, em razão de quebra de produção dado a chuvas em demasia na hora da colheita e a presença de fungos (ferrugem asiática), o seu referencial t/ha é bastante satisfatório para os produtores, sendo que no ano de 2008 Lucas do Rio Verde chegou a atingir o índice de 3,36 t/ha, Sorriso 3,3 t/ha, e Nova Mutum 3,12 t/ha, ou seja, 56, 55 e 52 sacas por hectare. (IBGE/SEPLAN-MT, 2010).

Já quando comparado com a produção estadual, verifica-se que no ano de 2003, os três municípios juntos obtiveram uma produção que representou 23,02 % da produção de todo o estado. Isoladamente, Lucas do Rio Verde contribuiu com 5,24 %, Nova Mutum com 5,44 % e Sorriso com 12,34 % da produção estadual. No que se refere ao ano de 2010, a despeito dos problemas alegados e a incorporação de novas áreas de produção no estado, Lucas do Rio Verde obteve 4,2 % da produção total, Nova Mutum 5,53 % e Sorriso 9,56 %, num total de 19,2 % da produção estadual. Em tal conjuntura, onde Mato Grosso se destaca como o maior estado produtor de soja do país, com 141 municípios, Sorriso aparece no *ranking* estadual de 2009, como o maior produtor com uma participação de 10 % do total. Nova Mutum aparece em 3º lugar com uma participação de 5,84% e Lucas do Rio Verde em 7º lugar com uma participação de 3,92 %. (SEPLAN/MT, 2012).

Este dinamismo produtivo, que tem no processo de integração de capitais a sua marca, traz como resultado um volume expressivo de capitais, o que acaba por refletir tanto no Produto Interno Bruto quanto na Renda *per capita* conforme se verifica na tabela 2.

**Tabela 2:** PIB e PIB *Per capita* dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2003 – 2009

Municípios	2003		2009	
	PIB (A preços correntes = R\$.1.000)	PIB <i>Per capita</i> (em reais = R\$ 1,00)	PIB (A preços correntes = R\$.1.000)	PIB <i>Per capita</i> (em reais = R\$ 1,00)
Mato Grosso	27.888.658	10.347	57.284.192	19.087
Lucas R. Verde	653.603	26.823	1.809.788	53.933
Nova Mutum	590.572	35.530	1.200.944	44.688
Sorriso	1.109.133	25.363	2.339.762	38.978

Fonte: IBGE/2011. Organizado pelo autor.

Assim, conforme se verifica (tabela 2), no ano de 2003, em relação ao PIB do estado de Mato Grosso, o PIB de Lucas do Rio Verde representou 2,34 %, Nova Mutum 2,11 % e Sorriso 3,97 %. Já no ano de 2009, Lucas do Rio Verde apresentou um PIB com 3,15 % em relação ao estado, Nova Mutum 2,09 % e Sorriso 4,08 %.

No que se refere ao PIB *per capita*, observa-se um dinamismo econômico na medida em que se verifica que entre os anos de 2003 a 2009, Mato Grosso obteve um aumento de 84,47 %. Isoladamente, Lucas do Rio Verde obteve um aumento de 101,07 %, Nova Mutum de 25,77 % e Sorriso de 53,68 %.

Significativamente, há o registro que em 2008, no ranking nacional dos 100 maiores municípios em relação ao PIB *per capita*, Lucas do Rio Verde figura em 57º, com um PIB de R\$ 51.771,45, Nova Mutum aparece em 60º com R\$ 50.955,91 e Sorriso em 95º com R\$ 41.343,24. (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM, 2010).

Estes resultados por sua vez, de certa forma acabam por refletir em outros índices medidores de desenvolvimento, conforme aponta o Índice Firjam do Desenvolvimento Municipal (IFDM)<sup>2</sup>, na tabela 3.

**Tabela 03:** Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso – 2000-2009

<b>Local</b>	<b>2000</b>	<b>2009</b>
Brasil	0,595	0,760
Mato Grosso	0,561	0,713
Lucas do Rio Verde	0,674	0,904
Nova Mutum	0,619	0,766
Sorriso	0,594	0,849

Fonte: FIRJAN-2012. Organizado pelo autor.

Pautando-se ainda no índice FIRJAM, constata-se que no ano de 2009, Lucas do Rio Verde aparece no âmbito do Mato Grosso em 1º lugar, Nova Mutum 11º, e Sorriso em 3º lugar. Já em termos de Brasil, Lucas do Rio Verde se coloca em 8º lugar, Nova Mutum em 470º e Sorriso em 68º lugar. (FIRJAM, 2012).

Contudo, quando se analisa sobre a posse da terra nestes municípios, um dos principais fatores de produção, verifica-se uma desigualdade patrimonial. Em Lucas do Rio Verde, de um total de 1.255 imóveis, que perfazem uma área de 346.864,4 ha, as pequenas propriedades são predominantes, representando 71,79 % dos imóveis, e se a este índice somar-se o dos minifúndios, 17,05 %, então se obterá um número ainda mais expressivo, obtendo 88,84 % do total de imóveis. Contudo, quando se relaciona este índice com a área ocupada, percebe-se que apenas 1,35 % dos imóveis (grande propriedade) representam 22,52 % da área. E neste quadro, a média propriedade que representa 9,64 % dos imóveis, ocupa 22,52 %, da área total.

No que se refere à estrutura fundiária de Nova Mutum, com 2.403 imóveis com uma área de 1.174.321,7 ha, a grande propriedade, embora tenha somente 5,91 % do número total de propriedades, possui 61,4 % de toda a área. Em relação ao minifúndio, o mesmo representa 46,94 % dos imóveis, a pequena propriedade por sua vez com 33,33 % dos imóveis, detém 14,68 % de toda a área, e a média propriedade, com 13,44 % dos imóveis, detém 19,52 % do total.

Já em Sorriso, que apresenta um número de 2.291 imóveis para uma área de 1.272.780,07 ha, o minifúndio representa 24,88 % do total das propriedades abarcando 1,61 % da área total. A pequena propriedade por sua vez, com um percentual de 34,44 % do total, detém 13,11 % da área. A média propriedade com 33,48 % do número de imóveis assegura 39,54 % da área total registrada e, a grande propriedade, com 6,94 % dos imóveis, abarca 45,47 % do total da área. (INCRA, 2011).

Em tal contexto, em que a grande e média propriedade dominam o circuito produtivo destes três municípios, a propriedade fundiária torna-se uma mercadoria valorizada, fruto de uma especulação imobiliária, com certeza, mas também como uma mercadoria que incorpora trabalho realizado, que até então de forma geral servia basicamente como instrumento de reserva de valor ou então recomeço para famílias de agricultores de outras regiões que se encontravam pressionadas pelo processo de modernização da agricultura. O preço da terra que era considerado baixo no início da colonização, embora não fosse de acesso a todos, além de ser objeto de disputa, agora se torna objeto de mercado visado pelo capital.

<sup>2</sup> A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro elabora o Índice FIRJAM a partir de estatísticas públicas oficiais geradas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Neste índice, quanto mais o referencial se aproxima de 1, significa mais desenvolvimento, sendo o índice FIRJAN é composto de dados relacionados a Emprego & Renda, Educação e Saúde, o que o aproxima bastante do índice referenciado pelo IDH-M.



É possível afirmar assim que a aquisição de terras produtivas é um dos instrumentos de ampliação e concentração de capital, e, neste caso, tratando-se do capital internacional. Contudo, como há toda uma discussão sobre a internacionalização das terras brasileiras situadas na Amazônia Legal, o que tem dificultado um pouco a aquisição das mesmas por parte de grupos estrangeiros, uma das maneiras de concentração da terra por parte do capital tem sido em forma de arrendamento.

Assinala-se desta forma, que entre os anos de 1995/1996 a 2006, o município de Lucas do Rio Verde com uma área arrendada de 8.840 ha aumenta para 22.562 ha. Nova Mutum de 17.322 ha, avança para 56.109 ha e Sorriso, de 15.808 ha de área arrendada, passa para 149.772 ha. (IBGE-Censo Agropecuário 1995/1996 e 2006).

Contudo, depoimentos locais dão conta que estes números não refletem toda a realidade, pois há muitos arrendamentos que se utilizam dos chamados contratos de gaveta, contratos estes que não entram em registros oficiais, contribuindo ainda para uma omissão nos registros contábeis referente à produção.

Mediante esta realidade, e dado ao fato da terra não poder ser multiplicada, reafirma-se que “[...] o significado do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é outro senão o de transformar a terra, de uma dádiva da natureza, num elemento do próprio capital, produto das relações sociais de produção.”. (SILVA, 1980, p. 334).

Constata-se também, que se por um lado a valorização territorial gera interesses externos, por outro lado, transações imobiliárias, em muitos casos tem se dado mediante alegação de um alto endividamento por parte dos produtores.

Marcelo Duarte Monteiro, diretor executivo da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso, Aprosoja-MT, informa que há uma diferença entre a renda do produtor e sua dívida, e que “Nas safras 2005, 2006 e 2007, a rentabilidade foi negativa e as dívidas prorrogadas foram correndo a juros altíssimos. Isso acabou quebrando o produtor e até, inviabilizando o pagamento do saldo devedor.” (MACIEL, 27-28/03/2011).

Acrescentando elementos a este depoimento, verifica-se que o agronegócio tem protagonizado constantemente situações que expressam insegurança quanto ao futuro do agricultor. Como exemplo toma-se o ano de 2006, mês de abril, quando, partindo do município de Ipiranga do Norte, 500 Km ao norte de Cuiabá, com adesão quase imediata de agricultores de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, se deu início ao movimento “Grito do Ipiranga” que se propagou para todo o país cuja reivindicação era um melhor tratamento para o setor agrícola.

Em 2007, novamente agricultores da região se reúnem para traçar planos de renegociação de dívidas com o Banco do Brasil, tanto de safras passadas quanto do período 2006/2007. (FOLHA VERDE, 22/02/2007).

Outro exemplo é o que aponta que no ano de 2010, 170 processos tramitam no Poder Judiciário de Lucas do Rio Verde provocados por agricultores que buscam renegociar dívidas referentes à compra de maquinários, mediante alegação de total incapacidade de pagamento sob as formas contratadas. (SóNotícias, 14/06/2010).

Há ocorrência ainda indicando que lideranças agrícolas de Mato Grosso participam em Brasília de audiência junto ao Banco do Brasil e ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento visando tratar de assuntos ligados ao Plano Safra 2011/2012 e renegociação das dívidas dos produtores rurais do estado. (O CELEIRO DO NORTE, 03/09/2011).

Neste cenário, é possível verificar que se por um lado o agronegócio tem gerado uma circulação intensa de capital e mercadorias, por outro lado também é possível afirmar que o mesmo tem uma destinação seletiva. Há uma concordância que do total gasto para formar uma plantação de soja, quase 60 % é destinado para compra de insumos, e como os mesmos são em sua grande maioria patenteados em nome de grupos internacionais, logo, é um montante considerável que é drenado da economia local. Se for levado em consideração que há um consumo de 0,80 quilos de defensivos agrícolas por hectare (IMEA, 2011) e que no ano de 2011 o município de Sorriso recolheu 1.276.411 quilos de embalagens vazias de agrotóxicos (MEZADRI, 15/12/2011), então é possível perceber que uma boa parte da riqueza gerada na região não permanece na mesma. E diante do endividamento de boa parte dos agricultores para com os bancos, majoritariamente o Banco do Brasil, reforça-se e amplia-se uma prática que já vinha desde meados de 1990,

ou seja, toda uma movimentação financeira com as chamadas *tradings*, majoritariamente internacionais, que atuam como distribuidora de insumos, armazéns, compradoras, exportadoras, transportadoras e emprestadoras de dinheiro, prática conhecida eufemisticamente como “adiantamento”. Geralmente tais empresas antecipam para o produtor a chamada CPR, Cédula do Produtor Rural, a fim de viabilizar os insumos necessários. O produtor por sua vez, via contrato, compromete-se a saldar este débito mediante pagamento em produto numa transação conhecida por “soja verde”, aquela que ainda não foi plantada. Há ainda um comprometimento por parte do agricultor de comercializar o restante da produção com esta mesma empresa.

Há ainda na região a agiotagem. Empresta-se dinheiro tendo como referência a “soja verde” e não raras vezes estes mesmos intermediários têm toda uma estrutura para fazer o transporte do produto da lavoura até o armazém indicado. Logo, a primeira parte da colheita é para o pagamento. Há um ditado comum na região que indica que estes “são os maiores agricultores, sem plantar um pé de soja”.

Neste contexto vai se definindo, de forma gradual, mas consistente, quatro estratos de agricultores: 1) O proprietário de subsistência: que enquadra os proprietários de minifúndios e uma parcela dos pequenos proprietários. Estes, geralmente complementam suas rendas com o salário de membros da família, aposentadoria, ou trabalhos temporários que estão se tornando permanentes em outras terras ou setores urbanos. 2) O proprietário médio: O mesmo emprega de forma temporária grande parte de seus funcionários, que não são muitos, e busca entrar no circuito produtivo do grande produtor. É neste estrato que se encontra o grande número de agricultores endividados. 3) O grande proprietário e produtor: muitas vezes associado a grupos econômicos maiores, encontra-se totalmente integrado aos Complexos Agroindustriais sendo que, não raras vezes, possui interesses financeiros também tanto em setores que atuam no ramo de insumos, quanto em setores de serviços, indústria e comércio da produção agropecuária. 4) O proprietário que “não tem rosto e nem endereço certo”. Às vezes há placas indicando que as terras pertencem a algum grupo empresarial, muitas vezes internacional. E em várias circunstâncias, se sabe apenas quem são os funcionários administradores, que por sua vez não revelam quem são seus patrões.

Entretanto, a despeito desta estratificação, nem sempre no cotidiano a mesma aparece de forma clara e pura. Exceção a esta regra diz respeito aos assentados. Estes, micro produtores, e muitas vezes simultaneamente assalariados, são claramente reconhecidos e também discriminados, não só pela posição financeira mas também em razão de terem, em grande parte, suas origens em estados do norte e nordeste brasileiro.

Fazendo parte desta mesma dinâmica, que é a intensificação das contradições processadas no interior do capitalismo de um modo geral, porém aqui tomando em particular os Complexos Agroindustriais, se reafirma que é no uso do território que se conforma estruturalmente a dinâmica social dos lugares e regiões, e que a consolidação dos Complexos Agroindustriais propicia uma territorialização do capital no campo, além de sua integração com os demais setores da economia, indicando uma aceleração nos processos produtivos, além de uma otimização do chamado espaço-tempo garantida pelos avanços tecnológicos nas comunicações, transportes, aperfeiçoamento de processos de gestão e flexibilização do mundo do trabalho.

Nesse sentido, é possível afirmar que a relação entre o espaço rural e o espaço urbano nos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso e outros municípios com similar desenvolvimento, reflete a dinâmica do agronegócio. Ou seja, “[...] a reestrututuração produtiva da agropecuária, que atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos, que passam por um processo acelerado de organização.” (ELIAS, 2008, p. 02).

Isto implica em dizer que não obstante os municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso terem assistido a um alto grau de especialização agrícola, se pode perceber que é no espaço urbano que houve um maior incremento populacional. Tal realidade permite assinalar assim que os chamados Complexos Agroindustriais, dado a complexa cadeia de setores que envolve, ao lado do processo de integração de capitais, integra cada vez mais o espaço rural com o espaço urbano, contribuindo assim para que num processo dialético, haja uma reunificação entre o urbano e o rural, cuja separação no Brasil se deu com o esgotamento do Complexo Rural. No entanto, há que se assinalar que esse processo agora se apresenta com um progressivo esvaziamento do campo, o que em última instância significa num só movimento, tanto uma intensificação e ampliação da proletarianização dos sujeitos mais pobres ligados à produção rural, quanto uma substituição desse mesmo trabalhador em função de incorporação tecnológica.

Verifica-se ainda que municípios que apresentam um dinamismo econômico tendem a atrair mais habitantes e nesse sentido constata-se através de dados oficiais (IBGE/SEPLAN-MT, 2011), que o município de Lucas do Rio Verde, entre 1991 e 2010, teve um acréscimo populacional total de 580,65 %, enquanto Nova Mutum o aumento foi de 471,07 % e em Sorriso foi 312,99 %. Ou seja, Lucas do Rio Verde passou de 6.693 habitantes para 45.556, Nova Mutum de 5.542 em 1991 passou para 31.649 habitantes em 2010 e Sorriso foi de 16.107 para 66.649 habitantes neste período.

Já no que diz respeito à população rural destes municípios neste período, muito embora haja um aumento nos números absolutos, sendo que Lucas do Rio Verde passou de 2.361 habitantes para 3.101, (31,42 %), Nova Mutum de 3.434 para 5.748 habitantes (68,58 %) e Sorriso de 4.782 para 8.157 (70,57 %), a diferença entre a população rural e urbana, conforme se verifica, aumentou significativamente. Em Lucas do Rio Verde houve um aumento da população urbana de 882,30 %, (4.332 para 42.455), Nova Mutum de 1226,99 %, (2.108 para 25.865) e Sorriso de 415,35 %, (11.325 para 58.364).

Respectivo resultado implica em explicitar que, se em 1991 a população urbana de Lucas do Rio Verde detinha um percentual de 64,7 %, em 2010 passou para 93,2 %. Nova Mutum que em 1991 detinha 38 % de seus habitantes em espaço urbano, em 2010 passou para 81,7 %. Sorriso por sua vez, que em 1991 tinha no espaço urbano 70,3 % de sua população, já em 2010 passou para 87,7 %.

E na medida em que o chamado agronegócio se consolida, sua racionalidade se confirma. Aumenta-se a produção e o volume de terras exploradas, porém ao mesmo tempo o trabalhador rural e suas famílias são substituídos por máquinas agrícolas e outros avanços técnicos. Neste percurso, o espaço urbano se complexifica absorvendo e atraindo tanto pessoas, quanto capital e empreendimentos ligados ao setor.

Pode-se dizer ainda que nestes três municípios a urbanização tem como causa direta o desenvolvimento de uma agricultura voltada ao mercado internacional, o que indica que esta urbanização se desenvolve atrelada às atividades agrícolas e agroindustriais e depende, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão interligados a outros mercados, tanto nacionais quanto internacionais.

## **Conclusão**

O que se pode afirmar sobre os Complexos Agroindustriais que se popularizam como agronegócio, é que na complexidade atual do capitalismo, os mesmos operam de forma mundializada, engendrando assim

Um processo lógico e histórico de produção do capital (de sua permanente valorização) [...] que efetiva-se pela conjunção e conjugação dos processos de produção e circulação propriamente ditos, como momentos de uma mesma e única totalidade. Envolve, assim, por um lado, um tempo destinado à produção de valores de troca, por outro, um tempo destinado à circulação dessas mercadorias. (MELLO, 2000, p. 51).

Nesse sentido, o chamado agronegócio quando desenvolvido em países como o Brasil, muito embora apresente uma atualidade naquilo que diz respeito à técnica e aos processos, apresenta-se de forma subalterna frente a outros centros, pois se a burguesia agrária brasileira detém quase a exclusividade sobre a terra (meio de produção e mercadoria), não obstante há uma burguesia internacional que detém monopólios e patentes de máquinas, sementes, defensivos e do capital. Logo, afirma-se que há uma exploração hierarquizada no processo do agronegócio, exemplificando aqui Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso.

E como o desenvolvimento do modo de produção capitalista se dá através também da centralização de capital, percebe-se que no agronegócio, o agricultor capitalista dos municípios analisados, numa grande parte, é envolvido neste processo primeiramente via endividamento, ou seja, suas mercadorias detêm no mercado um valor menor que as mercadorias da burguesia internacional, o que indica que terá que apresentar uma produção sempre maior para manter uma mesma taxa de lucro, e como o processo é perverso, ele acaba tomando dinheiro emprestado para fazer frente a este círculo vicioso. Muitos não conseguem manter-se nesta ciranda, sendo levados a se desfazerem de seus meios de produção ou então os emprestando por uma renda segura via arrendamento.

Isto implica em dizer que apesar de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso se desenvolverem, constata-se que a vinculação deste desenvolvimento com índices socioeconômicos tradicionais torna a leitura insuficiente, haja vista que este processo insere-se numa dinâmica maior e de forma bastante explícita no processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista como um todo. Logo, não há como dizer quanto tempo estes municípios se mantêm em *rankings* que os colocam como municípios dinâmicos, “desenvolvidos”.

Em suas relações sociais, os habitantes destes municípios participam de um processo cujo centro de decisões é distante. Procuram adaptar-se ao mercado da melhor forma. Exemplo disto é o consumo de máquinas de última geração e aumento produtivo incessante. Mas esta participação é antropofágica, apenas poucos se mantêm de forma ativa no processo. O restante da população é inserida numa roda viva a mercê do mercado, ou se proletarizando ou se endividando.

Assim, o agronegócio afirma o seu desenvolvimento quando absorve inovações de toda monta, intensifica sua produção, logo suas vendas e aumenta significativamente a atração e circulação de capital nos municípios em que se instala, o que sem dúvida dá um caráter de dinamismo, atraindo ainda atenções e benefícios políticos e alavancando os seus índices socioeconômicos.

Entretanto, no mesmo processo de intensificação produtiva e de circulação de capitais, as contradições se explicitam na medida em que se verifica que o agronegócio nos três municípios abordados se fortalece com a grande e média propriedade e como os médios produtores se endividam cada vez mais, tanto o capital em forma de juros quanto a produção propriamente dita tem se passado às mãos de grandes grupos empresariais. E não obstante a isto, a própria terra destes produtores tem se transferido para compradores mais capitalizados. Soma-se a isto a crescente proletarização da população destes municípios, inclusive de micro e pequenos produtores.

O desenvolvimento do agronegócio, em que pese suas especificidades, reproduz o dinamismo do próprio capitalismo como um todo, intensificando cada vez mais sua produção e atingindo cada vez mais mercados. Porém, o agronegócio também reproduz em processo ascendente uma das principais contradições do capitalismo que é a centralização da riqueza e a monopolização dos meios de produção e uma proletarização crescente de grande parte da população envolvida neste processo.

## Referências

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso: janeiro a dezembro/2011.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br) Acesso: 15 de julho de 2011.

CHAUÍ, Marilena. A História no pensamento de Marx. In: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (Orgs.). **A Teoria Marxista hoje: problemas e perspectivas**. 1ª. ed., 1ª. Reimp., Buenos Aires/São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, 2006.

ELIAS, Denise. **Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil**. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Universidad de Barcelona, 2008. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrt/-xcol/207.htm> Acesso: 15/02/2012.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO. [www.firjan.org.br](http://www.firjan.org.br) Acesso em 10.11.2011.

FOLHA VERDE. **Sojicultores querem repactuação de dívidas**. Lucas do Rio Verde-MT: 22 de fevereiro de 2007.

INSTITUTO MATO GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA-IMEA. Disponível em: [www.imea.com.br](http://www.imea.com.br) Acessado em 20/01/2012.

MACIEL, Marcondes. **A era dos estrangeiros**. In: Diário de Cuiabá, Cuiabá: 27 e 28/03/2011. Caderno de Economia, p. C1.

MATO GROSSO. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - SEPLAN-MT. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/html/>. Acessado em janeiro/2011 a janeiro 2012.

MELLO, Alex Fiuza de. **Capitalismo e mundialização em Marx**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MEZADRI, Francielle. **Sorriso recolheu 1,2 t de embalagens**. In: Diário Regional, Sinop-MT: 15/12/2011. Caderno Política/Economia, p. C1.

NEVES, Marcos Fava. A década do agronegócio. In: NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSTAJN, Décio; NEVES, Evaristo Marzabal. (Orgs.). **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.

O CELEIRO DO NORTE. **Ruralistas buscam soluções para renegociação de dívidas**. Sinop-MT: 03 de setembro de 2011.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM. SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. **Nova Mutum é o 60º entre os maiores PIBs per capita do país, 11º em MT**.

Disponível em:

<http://www.novamutum.mt.gov.br/?ver=noticias&area=listar&categoria=11&codigo=1368&pagina=1>

Acesso em: 15/05/2011.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Matuchos: Exclusão e Luta: do Sul para a Amazônia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. En: Osal: Observatório Social de América Latina. Año 6 n° 16 (jun 2005) Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> Acesso em: 25.06.2011.

SANTOS, Milton.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus Agronegócio: a dinâmica sócio-política do campo brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. Texto para discussão n° 30.

SILVA, José Graziano (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2ª. ed., São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/Ed. Unicamp, 1996.

SÓNOTÍCIAS. **Agricultores em Lucas R. Verde acionam justiça para renegociar dívida com**

**maquinários**. Disponível em: <http://www.sonoticias.com.br/noticias/7/107380/agricultores-em-lucas-r.verde-acionam-justica-para-renegociar-divida-com-maquinarior> Acesso em 14/06/2011.